

DIREITO HUMANO À COMUNICAÇÃO: NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE PESSOAS TRANS

HUMAN RIGHT TO COMMUNICATION: JOURNALISTIC NARRATIVES ABOUT TRANSGENDER PEOPLE

DERECHO HUMANO A LA COMUNICACIÓN: NARRATIVAS PERIODISTAS SOBRE LAS PERSONAS TRANS

*Vinicius Martins Jaime
Cynthia Mara Miranda
Alice Agnes Spindola Mota*

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar notícias sobre as pessoas transexuais publicadas em portais de notícias brasileiros para verificar como é construída a cobertura jornalística sobre os temas relacionados à diversidade. A estratégia metodológica utilizada foi a análise de conteúdo para compreender as diferenças e similaridades da narrativa jornalística em dois portais de notícia: R7 e o UOL Universa. O estudo permitiu compreender em que medida o conteúdo das notícias viola ou não os direitos dessas pessoas e apontou para a importância de promover um jornalismo mais consciente e sensível às questões de gênero, com ênfase na transexualidade, para ampliar a representatividade dessa população na mídia.

Palavras-chave: Pessoas Trans. Cobertura Jornalística. Direitos Humanos.

Abstract: The article aims to analyze news about transgender people published on Brazilian news portals to examine how journalistic coverage of topics related to diversity is constructed. The methodological strategy used was content analysis to understand the differences and similarities in the journalistic narrative on two news portals: R7 and UOL Universa. The study allowed for an understanding of the extent to which the content of the news violates or respects the rights of these individuals and highlighted the importance of promoting more conscious and sensitive journalism on gender issues, with an emphasis on transsexuality, to increase the representation of this population in the media.

Keywords: Trans People. News Coverage. Human Rights.

Resumen: El artículo tiene como objetivo analizar las noticias sobre personas transgénero publicadas en portales de noticias brasileños para examinar cómo se construye la cobertura periodística sobre temas relacionados con la diversidad. La estrategia metodológica utilizada fue el análisis de contenido para comprender las diferencias y similitudes en la narrativa periodística en dos portales de noticias: R7 y UOL Universa. El estudio permitió entender en qué medida el contenido de las noticias viola o respeta los derechos de estas personas y destacó la importancia de promover un periodismo más consciente y sensible a las cuestiones de género, con énfasis en la transexualidad, para aumentar la representación de esta población en los medios.

Palabras clave: Personas Trans. Cobertura Periodística. Derechos Humanos.

1 INTRODUÇÃO

O mundo vive uma constante transformação social no reconhecimento das questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade. Gradualmente, os meios de comunicação têm aberto espaço para discutir tais temas, dentre os quais destacam-se a existência e os desafios das pessoas transexuais na sociedade, que serão o foco do presente artigo. Contudo, é importante destacar que, em muitas situações, a cobertura midiática que adota uma perspectiva dos direitos humanos das pessoas trans ainda está distante do cotidiano brasileiro. O que prevalece nos noticiários, muitas vezes, na busca por audiência a qualquer custo, são abusos cometidos por meio de abordagem sensacionalista e com viés de criminalização das pessoas trans.

Para Nascimento *et al.* (2020), a sociedade brasileira classifica os corpos em aceitáveis ou não, sendo hegemonicamente compostos que são perpassados pela riqueza, branquitude, cisgeneridade e heterossexualidade. Nessa direção, os corpos transexuais estão situados na categoria de corpos não aceitáveis. Os corpos que destoam desses compostos hegemônicos, como é o caso dos corpos transexuais, tendem a ser colocados em situação de vulnerabilidade. Sobre os processos de vulnerabilização a partir das identidades, Leal (2020) destaca que a apreensão indivíduos e grupos é feita a partir do que lhes falta:

Às pessoas homossexuais faltaria o sentido reprodutivo do sexo, o que as faria perversas; às mulheres faltariam as qualidades ativas e viris dos homens, o que as fariam históricas; às pessoas negras, faltariam racionalidade e competências intelectuais, o que as fariam presas a seus instintos naturais e selvagens, e assim por diante (Leal, 2020, p. 40).

A população transexual, nessa direção, estaria marcada pela falta da identificação com o sexo binário. No presente estudo, que constitui um recorte de uma pesquisa mais ampla realizada no âmbito da dissertação de mestrado em Comunicação do primeiro autor deste artigo (Jaime, 2024), interessa-nos

concentrar na população transexual e na forma como esta tem sido representada nas notícias.

Os meios de comunicação contribuem no processo de socialização dos seres humanos e dessa forma podem influenciar na forma como os assuntos são discutidos na sociedade. Nessa direção, quando as notícias tratam a população trans de forma estereotipada, não contribuem para problematizar a questão da transfobia na sociedade e para dar visibilidade às desigualdades sofridas por quem não está inserido no corpo aceitável socialmente.

O presente estudo foca na análise da cobertura jornalística dos assuntos que envolvem as pessoas transexuais na sociedade brasileira. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram selecionadas notícias sobre pessoas transexuais, publicadas no período de janeiro de 2022 a fevereiro de 2023, no portal R7 e no portal UOL/Universa, a partir de busca direta no Google Notícias com as palavras-chave “trans”, “transexual” e “transexuais”. A estratégia metodológica utilizada para analisar as notícias foi a análise de conteúdo (Krippendorf, 2012).

Os referidos portais apresentam ampla representatividade na sociedade brasileira, R7 é de propriedade do grupo Record, que tem como dono o bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)¹ e o outro, UOL especificamente a Plataforma Universa pertence ao Grupo Folha sendo criado para tratar de temas relacionados à diversidade.

Assim, a escolha de dois portais distintos para análise das notícias sobre os acontecimentos que envolvem a população trans foi acertada pela possibilidade de alcançar o contraste, tendo em vista que um deles é de propriedade de grupo religioso e outro pertence a um conglomerado de empresas de mídia sem vínculo com grupo religioso.

Para desenvolver a proposta do artigo como ponto de partida apresentamos as bases conceituais no campo das ciências sociais e da mídia sobre a transexualidade e a transfobia, na sequência é efetuada a análise da cobertura

jornalística dos acontecimentos que envolvem a população trans a partir de notícias coletadas nos portais de notícias R7 e Uol Universa e, por fim, apontamos os desafios para uma cobertura jornalística justa e diversa da população trans.

2 TRANSEXUALIDADE E TRANSFOBIA

Durante muito tempo na sociedade brasileira vigorou uma percepção social estereotipada e equivocada de que a pessoa transexual era definida como “travesti que passava por intervenção cirúrgica”. Entretanto estudos médicos já apontam situações onde o transexual não deseja passar pela cirurgia de transgenitalização, apenas não se identifica com seu sexo biológico (Souza; Costa; Rodrigues, 2016). Ainda neste sentido, Oliveira (2003) diz:

Aquilo que denominamos identidade sexual nada mais é do que o direito de ser internamente e aparecer externamente igual a si mesmo com a realidade do próprio sexo. Por outro lado, a autodeterminação sexual do indivíduo, neste contexto, é a formulação jurídica da construção da identidade sexual, que se norteará pela liberdade, sobretudo a espiritual, como a de sentir, de pensar, de decidir, de criar, de consciência, de agir e omitir (Oliveira, 2003, p. 68).

Vale ressaltar que a cirurgia de readequação de gênero não é uma premissa para uma pessoa ser considerada ou não transexual. Sendo assim, entende-se como mulher transexual toda pessoa que postula o reconhecimento social e legal como mulher e que o homem transexual é toda pessoa que postula pelo reconhecimento social e legal como homem (Cazelatto; Cardin, 2019).

Sob essa ótica, considera-se que o termo transgênero abrange grupos diferentes que incluem mulheres transexuais, homens transexuais e outras pessoas trans. A identidade pessoal de cada transgênero ocorre de acordo com as relações com os demais e sua identidade se constitui de acordo com a sua percepção de pertencer ou não a determinado gênero (Silva, 2017).

O conceito de gênero aqui trabalhado parte do referencial teórico de Saffioti (1992) como um fator social, independente de sexo biológico, sendo, portanto, aquele ao qual a pessoa se identifica. Para a autora:

Não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia (Saffioti, 1992, p. 210).

A prática do ato de distinção contra pessoa do qual resulta desigualdade ou injustiça se caracteriza como discriminação. Essa distinção se baseia no fato da pessoa pertencer, de fato ou de modo presumido, a determinado grupo (Moreno, 2009). Nessa direção, nota-se que no Brasil a população trans está mais suscetível a uma situação de vulnerabilidade, ou seja, ser vítima da transfobia.

A transfobia é análoga à homofobia, que é a intolerância direcionada àqueles indivíduos que possuem uma orientação sexual divergente da heterossexual. Já a transfobia consiste no preconceito e/ou discriminação em razão da identidade de gênero de pessoas transgêneros, travestis e transexuais (Jesus, 2012; Dias, 2014). A motivação para os crimes de transfobia, nessa perspectiva, estariam atrelados a uma percepção de que pessoas trans têm corpos que não se enquadram na “normalidade” social aceita culturalmente.

A falta de entendimento que a sociedade tem sobre sexo biológico, gênero e sexualidade acaba por estigmatizar, marginalizar e, muitas vezes, desumanizar as pessoas transexuais, tornando elas alvos fáceis de atitudes discriminatórias e violência (Junqueira, 2009; Butler, 2003).

A pessoa transgênero é rejeitada de todas as formas - das mais dissimuladas e sutis às mais evidentes e ostensivas. Transfobia está longe de ser apenas uma questão de repulsa e negação em se relacionar de maneira normal no dia a dia, fazer sexo ou manter um romance com uma pessoa transgênera. A transfobia está impregnada em todas as áreas

de atividade humana: política, econômica, social, cultural e religiosa (Lanz, 2014, p. 256).

A rejeição a que pessoas trans estão sujeitas envolve diversos fatores sociais, pois a construção histórica da sociedade impõe um modelo binário acerca do que é ser homem e do que é ser mulher. Medeiros, Castro e Siqueira (2019, p. 6) apontam que nesse sentido, pode-se dizer que os desafios a partir das vivências trans são recorrentes, e perpassam a trajetória de vida do indivíduo, principalmente, no momento de transição de gênero. A população transexual, por uma razão de incompatibilidade do que é socialmente esperado e imposto entre gênero e sexo morfológico pela sociedade ao longo dos tempos, acaba sendo colocada na marginalidade social e a vivência desses sujeitos tem sido marcada por diversas formas de preconceito e violências.

Segundo a Associação Internacional Transgender Europe (TGEU) (2021), as pessoas trans, em diversas partes do mundo, são vítimas de repetitivas violências relacionadas ao gênero. Como uma forma de reação a tais atos, ativistas articulados nacional e internacionalmente lançaram o Dia Internacional da Memória Trans (TDoR) em 1999, porém, até o ano de 2009, não havia monitoramento quanto à violência de ódio ou relatos internacionais de assassinatos de pessoas trans. Por esta razão, o TGEU lançou o Trans Murder Monitoring (TMM), que desde 2009, visa preencher a lacuna de dados através da coleta sistemática, monitoramento e análise de assassinatos relatados de pessoas trans/variantes de gênero em todo o mundo (TGEU, 2021). Em 2021, dados levantados pelo TMM apontaram a ocorrência de 375 assassinatos contra pessoas trans no mundo, entre os dias 1º de outubro de 2020 e 30 de setembro de 2021 (TGEU, 2021). Segundo o último relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) publicado em 2025:

Em relação aos dados absolutos dos últimos 8 anos, produzidos desde 2017, período em que a ANTRA passa a fazer essa pesquisa, conseguimos mapear um total de 1179 (um mil cento e setenta e nove) assassinatos de pessoas trans, travestis, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias brasileiras. Foram 122 assassinatos em 2024, 145 assassinatos em 2023 e 131 casos em 2022; 140 casos em 2021; 175 casos em 2020; 124 casos em 2019; 163 casos em 2018 e; 179 casos em 2017 (o ano com o maior número de assassinatos de pessoas

trans na série histórica). Isso representa uma média de 147 assassinatos por ano e 12 casos por mês (Benevides, p. 64, 2025).

Apesar da redução dos assassinatos em 2024 em relação ao ano de 2023, o cenário continua hostil para população trans no País. Já que, conforme o referido relatório, o Brasil segue pelo 16º ano consecutivo, como o país que mais assassina pessoas trans no mundo. Com a pandemia do COVID-19, as desigualdades sociais se aprofundaram trazendo fome, desemprego e diversos outros agravantes sociais que culminaram no aumento da vulnerabilidade socioeconômica da população trans. Nesse contexto, a população trans, por se encontrar em situação de vulnerabilidade, foi especialmente impactada pela crise, devido à carência de políticas públicas específicas para esse grupo (Benevides, 2020).

A transexualidade que, até um tempo recente, era vista pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um transtorno mental aos poucos vai sendo compreendida de forma mais adequada. Em 2018 foi publicado pela OMS um novo modelo da lista de classificações na qual a transexualidade deixa de ser considerada um "transtorno de gênero" e passa a ser considerada uma condição relativa à saúde sexual. Somente em junho de 2019 a versão oficial foi lançada, considerando, de fato, como uma condição. A mudança na forma do pensamento sobre a transexualidade no campo da saúde foi uma conquista resultante da luta dos movimentos das pessoas trans pela despatologização dessa condição. Aqui há de se ressaltar que a luta continua, pois a transexualidade permanece na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) da OMS.

Nesta atualização, batizada de CID-11, que substitui a CID-10, a transexualidade passa a integrar um novo capítulo intitulado "condições relacionadas à saúde sexual" e é classificada como "incongruência de gênero". Na edição anterior do catálogo, o termo estava no capítulo sobre "transtornos de personalidade e comportamento", em um

subcapítulo chamado "transtornos de identidade de gênero". (Martinelli, 2018).

A demora da OMS para despatologizar a transexualidade mostra quanto o público transgênero contraria a ideia social do sexo biológico como determinante da identidade de gênero, reforçando a sua marginalização e exclusão. Por serem vistos como transgressores do modelo cisgênero, o público "T" é o que mais sofre com a violência direcionada às pessoas LGBTQIAP+.

A situação de vulnerabilidade a que os transexuais estão expostos talvez seja um fator determinante para a existência de dados tão alarmantes, embora nem todos os casos de violência sejam reportados adequadamente pelos órgãos de segurança pública e nem todos casos são noticiados pelos meios de comunicação. Observa-se uma limitação de estudos com foco no papel de responsabilidade social do jornalismo ao efetuar a cobertura de assuntos relacionados à população transexual em uma perspectiva que reconheça os direitos humanos desta população. Enquanto áreas do conhecimento como a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia se debruçam a algum tempo no estudo dessa população na perspectiva do seu reconhecimento e dos direitos humanos, na área da Comunicação esse debate é mais recente.

A propagação de meios digitais nos últimos anos, marcada pela plataformização, ao mesmo tempo que abriu espaço para os debates sobre a transexualidade na sociedade também ampliou o fluxo da desinformação que legitima a transfobia. A ascensão das plataformas on-line para Tassarolo, Ziller e Malini (2024) transformou o setor de notícias, o que afetou significativamente as receitas da mídia tradicional e a propagação de notícias, os algoritmos passam a exercer uma função cada vez mais determinante na seleção das informações relevantes que devem aparecer na linha do tempo de cada usuário.

Na mesma direção Nieborg e Poell (2018) apontam que as plataformas digitais tornaram-se centrais para a produção, distribuição e monetização de conteúdo

cultural. A indústria de notícias foi impactada diretamente pela plataformação na medida em que permitiu ao usuário da internet acessar e compartilhar diretamente notícias individuais. As notícias hoje são disponibilizadas, distribuídas, ranqueadas, tornadas mais ou menos proeminentes de acordo com as características da linguagem e das plataformas (Mattos, 2021). A plataformação alterou o fluxo das notícias o que resultou em uma crise no controle dos conteúdos e também na comercialização das notícias. Por meio dos algoritmos que regulam a circulação de conteúdos nas plataformas digitais, a reprodução dos preconceitos vigentes na sociedade pode ser reforçado, como, por exemplo, a transfobia.

A desinformação no contexto da plataformação pode intensificar o preconceito contra pessoas trans por meio da legitimação e amplificação de discursos de ódio. Para Carvalho (2023) são intoleráveis e indefensáveis os modos como o jornalismo tem tratado com escárnio pessoas LGBTQIAP+, particularmente transexuais e travestis que já sofrem violência em seu cotidiano e ainda figuram em pautas que só exploram o sensacionalismo e a curiosidade mórbida.

Existem diversas formas de construir narrativas humanizadas sobre a população trans, tais como utilizar o nome social da pessoa nas notícias e elaborar conteúdos que não se limitem aos temas de violência e vulnerabilidade, mas que também possam evidenciar a superação de obstáculos em diferentes áreas, como política, cultura e economia.

A ética jornalística deve ser enfatizada na cobertura dos assuntos que envolvem a população trans e sua ausência das pautas jornalísticas favorece o reforço e a proliferação de discursos transfóbicos. Proteger os direitos humanos das pessoas trans é contribuir para a eliminação da discriminação.

Os meios de comunicação poderiam contribuir de forma mais abrangente para a conscientização social sobre a violência contra a população trans ao tratar o assunto de forma problematizada para além da polifonia fraca entendida por

Carvalho (2012) como silenciamento de personagens/atores sociais se não total, às vezes de forma parcial. A seguir apresentamos a análise da cobertura jornalística dos acontecimentos que envolvem a população trans a partir de notícias coletadas nos portais de notícias R7 e Universa.

3 ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA

A amostragem de notícias que constitui o *corpus* de análise do presente artigo é composta por 63 notícias, sendo 29 publicadas no R7 e 34 publicadas no portal UOL. As notícias coletadas, em sua maioria, tratam sobre violências direcionadas às pessoas trans, sendo algumas motivadas por ódio, o que apresenta relação direta com as estatísticas da violência contra as pessoas trans apresentadas anteriormente. Também no universo das notícias selecionadas foi possível identificar entre os assuntos abordados conquistas obtidas pela população trans, bem como breves relatos biográficos e de história de vida. A seguir, destacamos considerações gerais da análise de conteúdo das coberturas jornalísticas (UOL Universa e R7) de forma comparativa.

O procedimento para análise de dados priorizou o levantamento de três variáveis: fontes ouvidas nas notícias, presença do nome social nas notícias e presença do nome de nascimento nas notícias. Além disso, realizamos uma análise qualitativa das notícias com o objetivo de identificar se as narrativas reproduziam estereótipos sobre pessoas trans ou se adotavam uma abordagem pautada no reconhecimento de seus direitos.

Sobre o uso do nome social foi verificado que das 29 notícias do R7, 20 utilizaram o nome social na notícia, 3 utilizaram o nome de nascimento e 6 notícias não fizeram referência aos nomes. Das 34 notícias do UOL, em 32 notícias constaram a presença do nome social, nenhuma utilizou o nome de nascimento e 2 não fizeram referência aos nomes.

A compilação dos dados forneceu informações sobre a utilização de nomes sociais em notícias e apontou resultado positivo já que o uso foi comum, com

poucas exceções (9), em ambos os portais, e que a maioria das notícias aborda uma perspectiva de reconhecimento dos direitos da população transexual.

Quanto à análise qualitativa das notícias identificou-se que das 29 notícias do R7, 9 foram classificadas como narrativas que reforçam estereótipos e 20 foram classificadas como narrativas que reconhecem os direitos da população transexual. Quanto às 34 notícias do UOL, todas foram classificadas como narrativas que reconhecem os direitos da população transexual.

As “notícias que reforçam estereótipos” foram identificadas principalmente pela menção ao nome do registro de nascimento da pessoa, ausência de menção ao nome social e tratamento que não reconhece as conquistas da população trans e pela ausência da pessoa trans como fonte de informação para veiculação das informações.

As notícias que reconhecem os direitos da população trans foram identificadas por apresentar o respeito à identidade de gênero, evidenciado pela adoção do nome social e pela omissão deliberada do nome de registro de nascimento. Além disso, essas matérias demonstram uma ampliação temática das pautas, ultrapassando a abordagem restrita à violência para incluir a visibilidade das conquistas dessa população. Outro aspecto relevante é a diversificação das fontes consultadas, que, além de ativistas e organizações especializadas em direitos trans, incluem os próprios membros da comunidade, posicionando-os como protagonistas do discurso jornalístico.

Apesar da predominância de notícias que reconhecem os direitos da população trans no portal R7, identificaram-se nove matérias que apresentaram uma visão estereotipada em relação a essas pessoas. Dentre elas, seis não fizeram referência ao nome das pessoas envolvidas, o que pode ser interpretado como um gesto de descaso e falta de reconhecimento da subjetividade humana. Essa omissão resulta em um tratamento genérico, no qual a narrativa jornalística tende a homogeneizar a população trans, apagando suas trajetórias individuais, sendo o nome um elemento fundamental para a afirmação identitária e para a distinção pessoal. Já em três notícias, constatou-

se o uso do nome de registro civil, que muitas pessoas transexuais buscam romper como parte de sua luta por reconhecimento e autonomia.

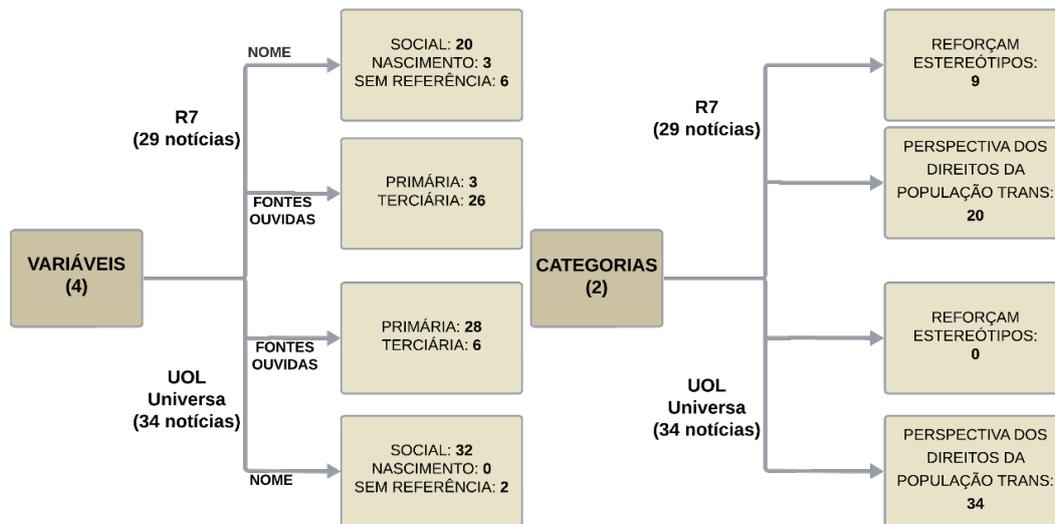
Além dos estereótipos relacionados ao nome da pessoa, podemos destacar outros estereótipos como restringir a vivência da pessoa trans ao contexto de violência e vulnerabilidade e tratar os crimes que envolvem pessoas trans de forma sensacionalista e com preconceitos relacionados às identidades transexuais.

A violência física vivida pelas pessoas trans foi constantemente reproduzida nas notícias selecionadas no portal R7, e esse modelo de enquadramento carrega evidentes sinais de estruturas discursivas organizadas em torno de corpos apresentados como suscetíveis à violência. Outra observação que chamou a atenção foi a presença de um padrão nas notícias do R7 sobre violência que, quando não estiveram presentes vídeos gravados pela própria população, as matérias traziam vídeos exibidos em programa da emissora de televisão do grupo, onde apresentadores/repórteres reconstruíram a cena do fato com suas próprias palavras.

Quanto ao conteúdo das notícias do UOL Universa, não foram encontradas matérias noticiando crimes contra pessoas trans, sendo as mais recorrentes aquelas relacionadas a conquistas, relatos de vivências, profissão e política.

No conteúdo analisado do portal UOL Universa, podemos observar uma forma mais humanitária no tratamento das pessoas trans, especialmente ao dar espaço de fala para que a própria população relatasse o contexto da cena. A seguir apresentamos um infográfico com os dados obtidos pela análise da cobertura jornalística de forma compilada.

Infográfico 1 – Compilado da análise da cobertura jornalística das notícias analisadas.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A compilação dos dados da análise, descrita no infográfico, aponta para um balanço positivo da cobertura jornalística sobre pessoas trans reconhecendo os seus direitos, sendo a exceção algumas notícias do portal R7 (9) que apresentaram narrativas que reforçam estereótipos. Contudo, apesar de todo o fomento à perspectiva dos direitos humanos, por vezes uma lacuna foi notada no que diz respeito ao contexto histórico dos fatos noticiados. Para Carranca (2008), contextualizar o assunto oferece ao público a informação dentro de uma perspectiva histórica, o que colabora para a compreensão dos acontecimentos em sua integralidade, apontando distintas visões e interpretações sobre os fatos noticiados.

Com a análise do conteúdo dos portais, reitera-se mais uma vez a necessidade de que a mídia assuma a responsabilidade social numa retratação do público trans de maneira respeitosa, inclusiva e que efetivamente o represente, pois só assim uma sociedade mais acolhedora se desenvolve, independente da identidade de gênero da pessoa.

A mídia, em especial os portais de notícias, tem um papel crucial na construção de ideias, percepção social e formação de opinião no que diz respeito à

população transexual. Mesmo que tenham sido encontradas notícias não relacionadas à violência em pequeno percentual, há que se destacar que a representação percebida sobre violência voltada a pessoas trans é um aspecto muito marcante a considerar, pois esse tipo de representação contribui com a reprodução dos preconceitos e visão estereotipada. A construção de uma cobertura balanceada é possível até mesmo nas notícias que narram a violência. As notícias devem aproveitar a narrativa para contextualizar os fatos e contribuir para a compreensão da realidade e dos desafios que a comunidade trans enfrenta e não manter o foco na perpetuação dos estereótipos já tão arraigados socialmente, sempre respeitando a privacidade e a identidade das pessoas.

No que se refere à identificação de possíveis diferenças na abordagem das notícias em função das distintas linhas editoriais dos dois portais — sendo o R7 possivelmente mais conservador, por estar vinculado a um grupo religioso, e o UOL Universa potencialmente mais progressista, por se configurar como uma plataforma voltada exclusivamente para temas relacionados à diversidade dentro de um conglomerado de comunicação —, não foi possível estabelecer conclusões. Tal limitação decorre tanto do recorte temporal quanto do tamanho do *corpus* analisado, que não se mostraram suficientes para evidenciar diferenças significativas na narrativa jornalística. Ainda assim, os resultados obtidos foram positivos e indicam a relevância de futuras investigações sobre o papel do jornalismo na cobertura de questões envolvendo a população trans no Brasil. Observou-se que a maioria absoluta das notícias (54) apresentou uma narrativa com abordagem humanizada, não violando os direitos das pessoas trans, embora, em grande parte, de forma predominantemente factual e sucinta.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui realizadas apontam para a necessidade da promoção de um jornalismo mais consciente e que esteja mais atento às questões de gênero, especialmente no que tange à transexualidade, como forma de ampliar a

representatividade dessa população na mídia respeitando os seus direitos humanos, combatendo estereótipos e a desinformação na sociedade.

Para Carranca (2008), a imprensa tem em seu poder a oportunidade de colaborar para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Uma forma de contribuir para a formação desse modelo de sociedade é banir o uso de algumas palavras e conceitos que fomentam e reforçam estereótipos. Através de suas palavras, o/a jornalista tem a possibilidade de transmitir a ideia de uma sociedade mais igualitária, de quebrar tabus e fortalecer ou enfraquecer os conflitos sociais e o preconceito.

Embora tenham sido observados relatos de outras histórias em que pessoas transexuais foram incluídas em espaços não relacionados à violência, podemos perceber uma persistência em manter lugares muito específicos a elas determinados socialmente e reproduzidos nas notícias. Reconhecemos que houve uma abertura para outras questões que não fossem relacionadas exclusivamente à marginalidade, como por exemplo nos relatos de histórias de sucesso em diversos âmbitos, porém em pequena escala e ainda insuficientes para a modificação dos olhares lançados sobre as realidades vividas pelas pessoas transexuais.

Como aspecto positivo da análise do *corpus* de notícias dos dois portais, destaca-se o reconhecimento e a inclusão de pessoas transexuais em contextos de não violência, bem como a relevância de problematizar a segregação social historicamente imposta a essa população, evidenciando suas conquistas e avanços sociais. Como ponto negativo, destacamos a factualidade das notícias, que não favorece uma leitura crítica e pode estimular à segregação ao pautar exclusivamente assuntos relacionados à vulnerabilidade dessa população.

Este estudo realizou breves observações sobre o conteúdo jornalístico de dois portais, com foco na abordagem da transexualidade sob uma perspectiva mais humanitária e contextualizada. Por fim, destaca-se a importância de o jornalista, enquanto profissional e cidadão, seguir a postura ética e respeitosa

ao abordar temas frequentemente atravessados por estigmas sociais, como a transexualidade.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa que permitiu a produção deste artigo foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: ANTRA, Distrito Drag, 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRANCA, Adriana. Dar voz à diversidade. *In*: CANELA, Guilherme. (Org). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba: Appris, 2012.

CARVALHO, Carlos Alberto de. **O jornalismo, ator social colonizado e colonizador**. Curitiba: CRV, 2023.

CAZELATTO, Eduardo Costa; CARDIN, Valéria Silva Galdino. Do Discurso de Ódio Homotransfóbico e o Direito à Vida dos Transgêneros. *In*: ZAKAREWICZ, Adriana (Org.). **Transgêneros**. Brasília: Zakarewicz, 2019. p. 563 – 582.

DIAS, Berenice. Homoafetividade e os direitos LGBTI. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2014.

JAIME, Vinicius M. **Transexualidade na Mídia: reflexões sobre a cobertura jornalística das pessoas trans em portais de notícias**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações**

sobre a homofobia nas escolas. Secad/MEC, 2009.

KRIPPENDORF, Klaus. **Content Analysis, An Introduction to Its Methodology**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2012.

LANZ, Leticia. **O Corpo da Roupas**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LEAL, Bruno Souza. Vulnerabilidades: Abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. In: Miranda et. al. (Orgs). **Vulnerabilidades, Narrativas e Identidades**. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020. Disponível em: <<https://seloppgcomufmg.com.br/publicacao/vulnerabilidades-narrativas-identidades>>. Acesso em: 02 mar. 2023.

MARTINELLI, Andréa. HUFFPOST. Após 28 anos, OMS deixa de classificar transexualidade como doença mental. Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região, 18 jun. 2018. Disponível em: <<https://crprn.org.br/noticias/apos-28-anos-oms-deixa-de-classificartransexualidade-como-doenca-mental/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MATTOS, Fabrício Santos de. Plataformização da notícias e consumo de informação: tendências do jornalismo em um novo ambiente informacional. In: **Anais** do 19º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), Brasília, 2021.

MEDEIROS, Bárbara N.; CASTRO, Gustavo H. C.; SIQUEIRA, Marcus V. S. Transgêneros, Transexuais, Travestis e trabalho: um diálogo possível no campo da Administração?. In: **Anais** do Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração (EnEO), Fortaleza, 2019.

MORENO, Jamile Coelho. Conceito de minorias e discriminação. **Revista Direito e Humanidades**, n. 17, 2009.

NASCIMENTO, Márcio et al. Os aspectos psicossociais do atendimento de mulheres, LGBT+ e crianças na Defensoria Pública - Núcleo Criminal do Município de Rondonópolis. In: IRINEU, B. et. al. **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero**: temas emergentes. Salvador: Editora Devires, 2020.

NIEBORG, David B.; POELL, Thomas. Theplatformization of cultural production: theorizing the contingent cultural commodity. **New Media & Society**, v. 20, n. 11, p. 4275-4292, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444818769694>. Acesso em: 16 dez. 2024.

OLIVEIRA, Alexandre Miceli Alcântara de. **Direito de autodeterminação sexual: dignidade, liberdade, felicidade e tolerância**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma Questão de gênero**. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SILVA, Ana Carolina Ferreira. Transgeneridade: uma análise da representação da identidade do eu e do estigma nas produções audiovisuais recentes. In: **Revista Ártemis**, v. 24, n. 1, p. 132-142, 2017.

SOUZA, D. E.; COSTA, B. L.; RODRIGUES, E. M. **A Inserção de Pessoas Transexuais e Travestis no Mercado de Trabalho**. 2016. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_029.pdf>. Acesso em: 30 out 2021.

TESSAROLO BASTOS, Marcela; ZILLER DE ARAÚJO JOSEPHSON, Joana; MALINI DE LIMA, Fábio Luiz. Plataformização do jornalismo, governança do Facebook e suas controvérsias no primeiro ano da pandemia da Covid-19. **Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia**, v. 12, n. 25, p. e024022, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/5417>. Acesso em: 25 set. 2025.

NOTAS

¹ Quem é o dono da Record TV? História da emissora brasileira. Disponível em: <<https://segredosdomundo.r7.com/quem-e-o-dono-da-record-tv/>>. Acesso em 6 de abr. 2023.

SOBRE OS AUTORES:

Vinicius Martins Jaime

Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins (UFT).
Graduação em Administração pela mesma instituição.

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-6191-9470>

E-mail: viniciusjaime@mail.uft.edu.br

Cynthia Mara Miranda

Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutora e mestra em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (Unb). Bolsista de Produtividade do CNPq PQ2.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9399-7975>

E-mail: cynthiamara@uft.edu.br

Alice Agnes Spindola Mota

Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pós-doutora em Comunicação pela Universidade de Aveiro, Doutora em Antropologia pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCT) com reconhecimento pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2634-8374>

E-mail: aliceagnes@mail.uft.edu.br

Artigo recebido em: 07 jan. 2025. | Artigo aprovado em: 26 set. 2025.